



Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

Maio de 2018

Relatório completo [aqui](#)

Felipe Salto

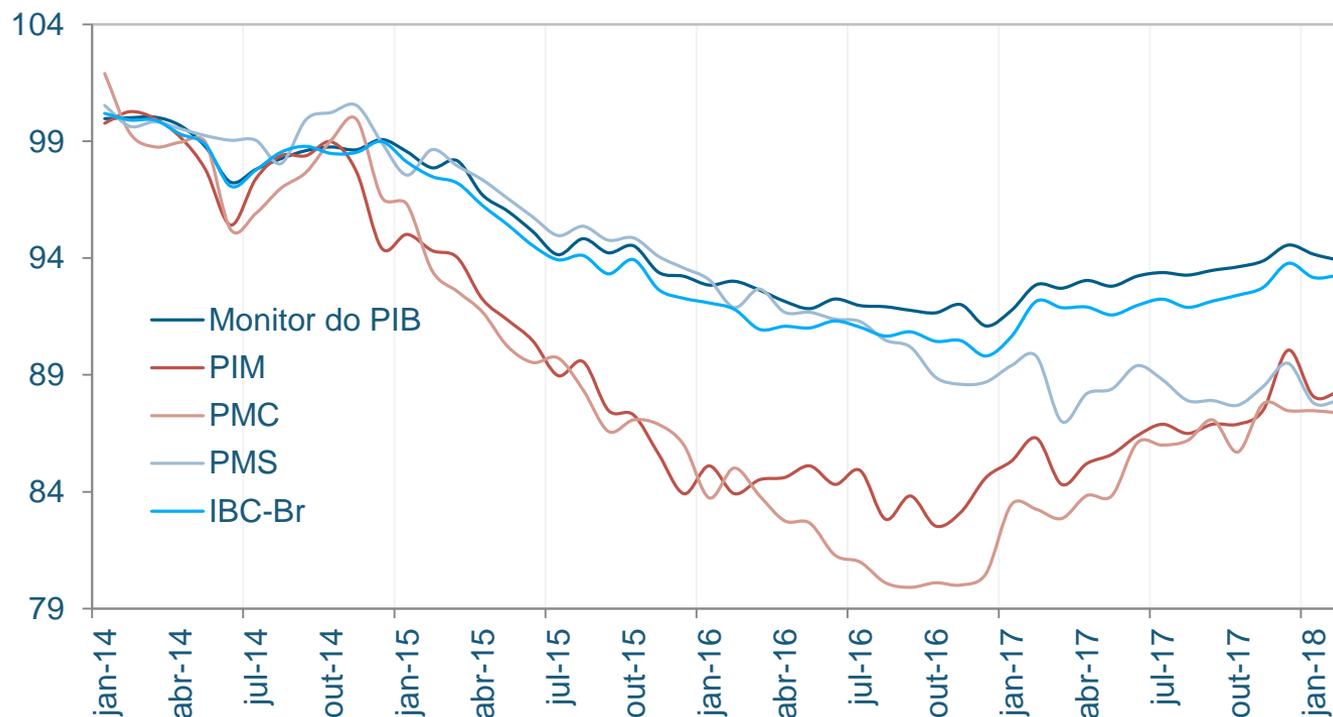
Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 9 de maio de 2018

- Com o intuito de quantificar os riscos relativos à recuperação cíclica da atividade econômica, atualizamos, além do cenário base, os parâmetros macroeconômicos dos cenários alternativos. No cenário base, as projeções para a taxa de inflação e a Selic foram reduzidas em função do nível ainda muito elevado de ociosidade da economia.
- Hiato do produto encerrou 2017 em -7,2%, uma recuperação de 1,27 p.p. em relação aos -8,4% de 2016. A recessão de 2014-2016 foi a mais intensa, duradoura e com recuperação mais lenta nas últimas duas décadas. A velocidade de recuperação do hiato do produto é cerca de metade da verificada na recessão de 1998-1999.
- Contribuição de receitas pouco correlacionadas com a atividade econômica permanece substancial e responde por aproximadamente 65% da melhora da arrecadação. Vigoroso avanço das despesas, todavia, foi influenciado pela antecipação do pagamento de precatórios e sentenças judiciais.
- Maiores receitas petrolíferas ajudam na atualização do cenário fiscal de curto prazo, a despeito de maiores despesas com programa Bolsa Família, precatórios e sentenças judiciais e discricionárias dos demais poderes. Contudo, no médio prazo, desafio de reequilibrar as contas públicas permanece substancial.
- Reavaliação do 1º bimestre pouco alterou as projeções fiscais do governo para 2018. Dados até fevereiro, contudo, mostram receitas acima do esperado e despesas abaixo do previsto. Persistindo o desempenho até agora, deverão ocorrer mudanças mais significativas nas próximas revisões oficiais.
- Perdas de receita com gastos tributários chegaram a R\$ 270,4 bi em 2017. Montante equivale a 4,1% do PIB e a 20,7% da receita administrada pela RRB, e supera o dobro dos R\$ 124,3 bi de déficit primário do governo central. Cerca de 80% das perdas concentram-se em nove modalidades, com desoneração mais intensiva do IPI, Cofins e Imposto de Renda.

- O desempenho dos indicadores agregados de atividade econômica em fevereiro **permaneceu fraco**, insuficiente para recuperar as perdas registradas em janeiro.

Indicadores de atividade econômica (séries dessazonalizadas - 1ºT 2014 = 100)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI

- Primeiras informações disponíveis sobre o estado da economia no segundo trimestre trouxeram resultados mistos: entre março e abril houve **ampliação do nível de utilização da capacidade instalada** (NUCI) da indústria, **aumento do índice de incerteza** da economia (IIE) e **redução da confiança** dos agentes econômicos.

ÍNDICES DE CONFIANÇA, UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA E ÍNDICE DE INCERTEZA DA ECONOMIA

Indicadores	Nível			Variação mensal			Variação trimestral		
	fev/18	mar/18	abr/18	fev/18	mar/18	abr/18	fev/18	mar/18	abr/18
Índice de confiança do consumidor (pontos)	87,4	92,0	89,4	-1,4	4,6	-2,6	2,5	2,2	1,4
Índice de confiança empresarial (pontos)	94,6	94,8	93,4	-0,1	0,2	-1,4	4,2	2,8	0,9
Nível de utilização da capacidade instalada no setor industrial (percentual)	75,6	76,1	76,5	0,9	0,5	0,4	0,7	0,9	1,4
Índice de incerteza da economia (pontos)	102,5	107,7	113,2	-7,1	5,2	5,5	-2,0	-0,1	-0,2

Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

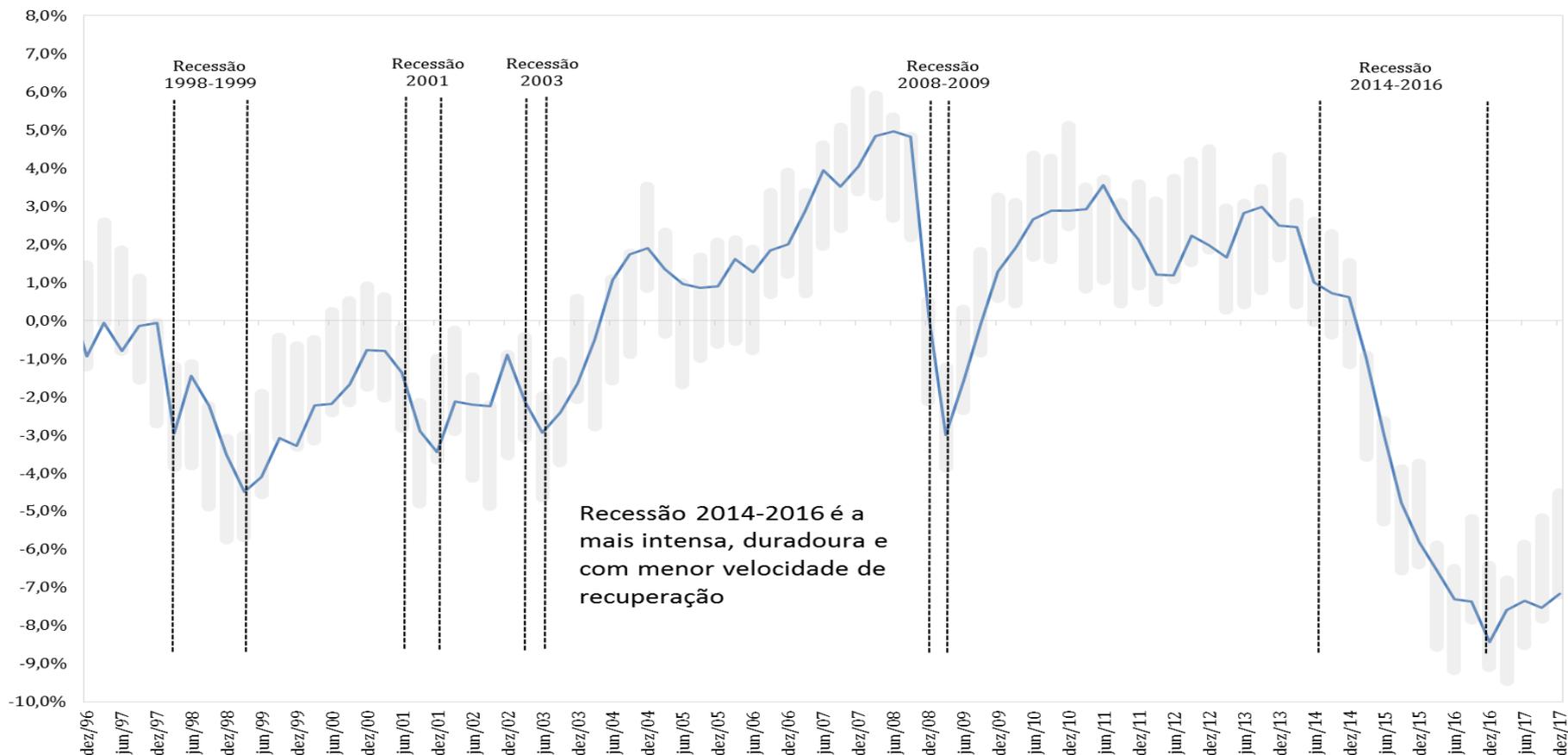
- A variação positiva do emprego ainda é resultado da ampliação de postos **sem carteira assinada e por conta própria**.
- Os dados do mercado de trabalho relativos ao trimestre encerrado em março também mostraram **certo arrefecimento da tendência de expansão nas variáveis de emprego e de rendimentos**.

POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO

Indicadores de emprego	Percentual em relação ao total de ocupados			Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior			Variação acumulada em 12 meses		
	mar/17	fev/18	mar/18	jan/18	fev/18	mar/18	jan/18	fev/18	mar/18
População ocupada	100,0%	100,0%	100,0%	2,1%	2,0%	1,8%	0,6%	0,9%	1,2%
Com carteira assinada no setor privado	37,6%	36,4%	36,3%	-1,7%	-1,8%	-1,5%	-2,6%	-2,5%	-2,3%
Sem carteira assinada no setor privado	11,4%	11,8%	11,8%	5,6%	5,0%	5,2%	5,1%	5,3%	5,6%
Trabalhador doméstico	6,8%	6,9%	6,8%	4,4%	4,2%	2,4%	0,7%	1,4%	1,4%
Setor público	12,2%	12,3%	12,4%	2,9%	3,3%	3,2%	1,3%	1,3%	1,6%
Empregador	4,6%	4,8%	4,8%	4,3%	5,5%	5,7%	7,4%	6,8%	7,1%
Conta Própria	24,9%	25,4%	25,3%	4,4%	4,4%	3,8%	1,7%	2,3%	2,9%
Percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social	65,0%	63,7%	63,8%	-0,5%	-0,5%	-0,1%	-1,6%	-1,5%	-1,1%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- As estimativas da IFI apontam que a economia brasileira operou **cerca de 7,2 pontos percentuais abaixo de seu potencial**, no quarto trimestre de 2017.



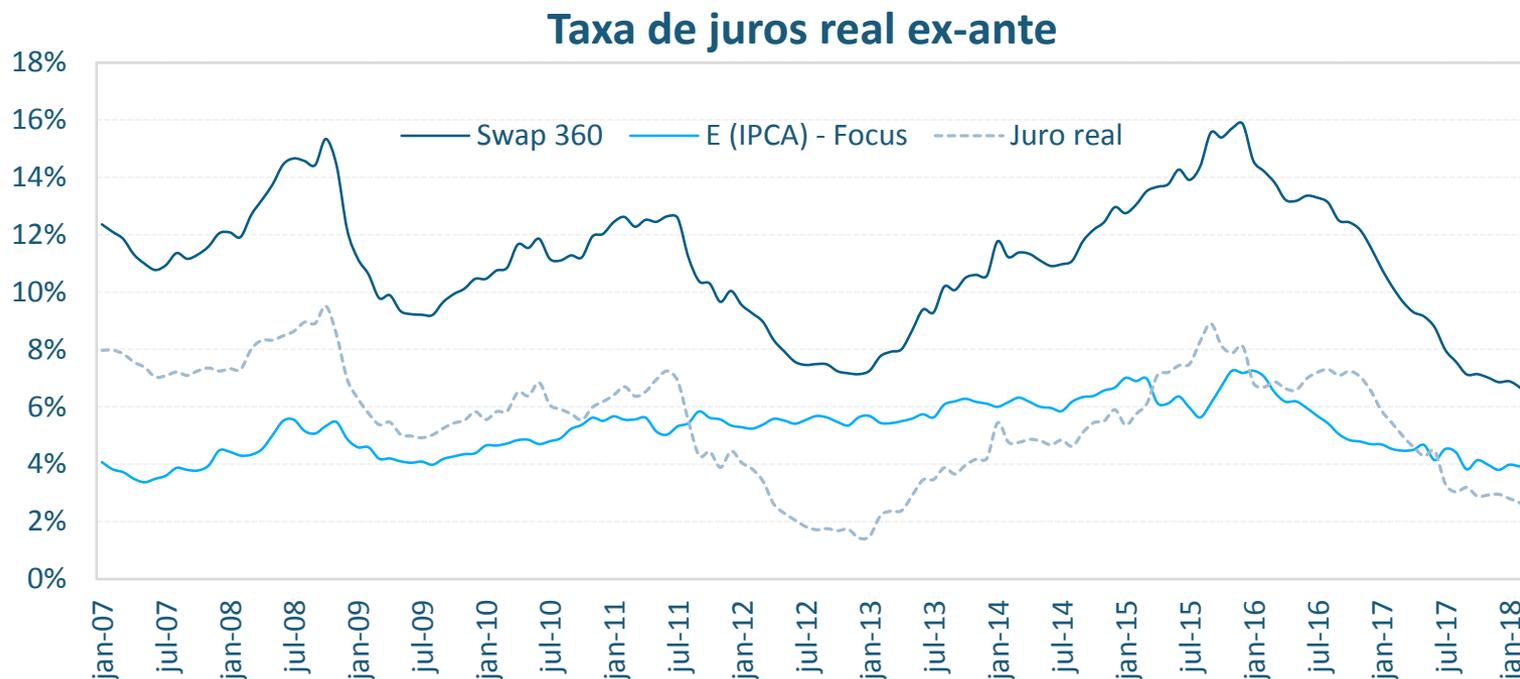
- Elevado nível de ociosidade é um dos fatores que explicam a **trajetória benigna da inflação** ao consumidor.

INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR

Inflação ao consumidor	Variação acumulada em 12 meses					
	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	1,83%	1,94%	2,07%	1,87%	1,81%	1,56%
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	2,70%	2,80%	2,95%	2,86%	2,84%	2,68%
Preços administrados	6,59%	7,76%	7,99%	7,35%	7,32%	7,05%
Preços livres	1,47%	1,22%	1,35%	1,42%	1,41%	1,26%
Alimentação no domicílio	-5,06%	-5,30%	-4,86%	-3,95%	-3,82%	-4,29%
Industriais	1,11%	0,93%	1,04%	0,92%	0,90%	1,18%
Serviços	4,88%	4,58%	4,53%	4,32%	4,22%	3,95%
Média dos núcleos de inflação	3,54%	3,34%	3,39%	3,16%	3,07%	2,96%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- No final de março, a taxa real de juros *ex-ante* de um ano **alcançou o patamar de 2,4% ao ano**. Essa taxa tem diminuído fortemente. Depois de chegar próximo de 9%, em meados de 2015, figura agora em um dos patamares mais baixos da série histórica, o que deverá estimular o investimento e o consumo a médio prazo.



Fonte: Anbima e Banco Central. Elaboração: IFI.

- Diante do cenário de expansão lenta da atividade, da abertura do mercado de trabalho e da evolução do índice de incerteza vigente na economia, as estimativas para o PIB do ano, obtidas no Boletim Focus, diminuiram nos últimos meses: 2,69% em jan, 2,92% em fev, 2,84% em mar e 2,75% em abr.
- **A projeção da IFI segue em 2,7% e poderá ser reavaliada com a incorporação do resultado das contas nacionais referentes ao primeiro trimestre de 2018.**

PROJEÇÕES PARA O PIB

PIB e componentes (variação real)	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	2,7%	2,5%
Agropecuária	2,8%	3,3%	-4,3%	13,0%	-0,6%	2,8%
Indústria	-1,5%	-5,8%	-4,0%	0,0%	3,0%	2,8%
Serviços	1,0%	-2,7%	-2,6%	0,3%	2,3%	2,4%
Consumo das Famílias	2,3%	-3,2%	-4,3%	1,0%	2,9%	2,7%
Consumo do Governo	0,8%	-1,4%	-0,1%	-0,6%	0,5%	1,1%
Formação Bruta de Capital Fixo	-4,2%	-13,9%	-10,3%	-1,8%	4,5%	4,5%
Exportação	-1,1%	6,8%	1,9%	5,2%	6,0%	5,0%
Importação	-1,9%	-14,2%	-10,2%	5,0%	6,6%	5,6%
Contribuições para a variação real do PIB (p.p.)						
Demanda interna	0,4	-6,4	-4,9	0,9	2,7	2,5
Exportações líquidas	0,1	2,9	1,5	0,1	0,0	0,0

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Atualizamos, além do **cenário base-1**, os parâmetros macroeconômicos dos cenários alternativos (**otimista-2 e pessimista-3**)

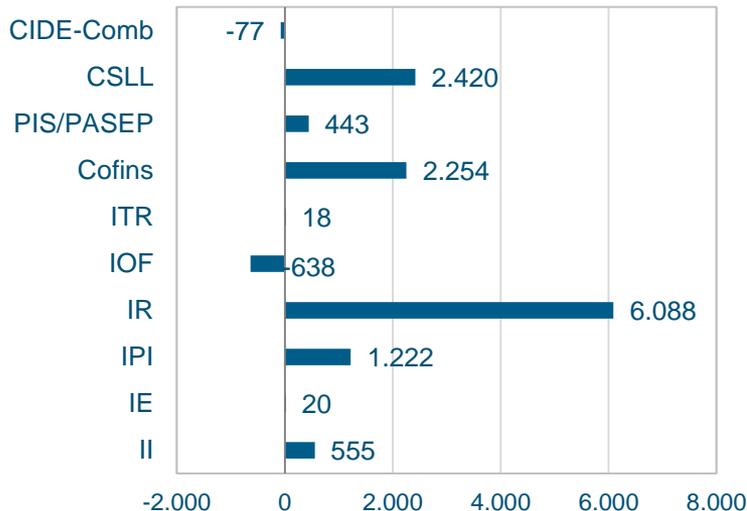
ESTIMATIVAS DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Cenário 1	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	6.560	6.970	7.418	10.970
PIB - Crescimento real	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	2,7%	2,5%	2,3%
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,5%	3,9%	4,1%
Ocupação (crescimento %)	1,5%	0,2%	-1,8%	0,0%	1,4%	1,8%	1,1%
Massa salarial (crescimento %)	2,8%	0,5%	-3,4%	2,3%	3,0%	2,8%	2,0%
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,45	3,55	3,82
Juro real	5,0%	3,2%	7,0%	3,9%	2,7%	3,5%	4,3%
Selic - final de período	11,8%	14,3%	13,8%	7,0%	6,3%	7,5%	8,5%
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	259	523	328	240	265	261	239
Cenário 2	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	6.560	6.984	7.471	11.738
PIB - Crescimento real	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	3,2%	3,5%	3,5%
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,1%	3,4%	3,8%
Ocupação (crescimento %)	1,5%	0,2%	-1,8%	0,0%	2,4%	3,4%	1,3%
Massa salarial (crescimento %)	2,8%	0,5%	-3,4%	2,3%	4,2%	4,9%	2,6%
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,33	3,34	3,45
Juro real	5,0%	3,2%	7,0%	3,9%	2,8%	2,5%	3,1%
Selic - final de período	11,8%	14,3%	13,8%	7,0%	6,0%	6,0%	7,0%
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	259	523	328	240	234	220	194
Cenário 3	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	6.560	6.986	7.446	11.563
PIB - Crescimento real	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	1,9%	1,5%	1,3%
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	4,5%	5,0%	5,9%
Ocupação (crescimento %)	1,5%	0,2%	-1,8%	0,0%	1,3%	1,5%	1,0%
Massa salarial (crescimento %)	2,8%	0,5%	-3,4%	2,3%	2,7%	1,8%	1,5%
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,71	3,84	4,79
Juro real	5,0%	3,2%	7,0%	3,9%	3,8%	4,3%	5,7%
Selic - final de período	11,8%	14,3%	13,8%	7,0%	8,5%	9,5%	11,9%
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	259	523	328	240	349	354	366

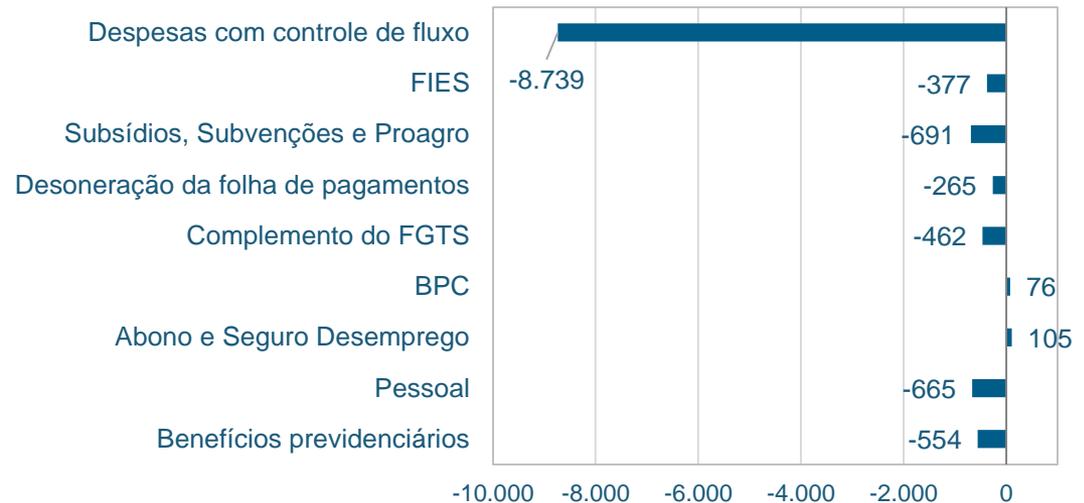
Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração e projeções: IFI.

- Reavaliação do 1º bimestre pouco alterou as projeções fiscais para 2018
- Dados de execução até fevereiro, contudo, mostram **receitas acima do esperado** (6,4% superior à projeção) e **despesas abaixo do previsto** (-5,4%)
- Persistindo o desempenho observado até agora, deverão ocorrer mudanças mais significativas nas próximas revisões oficiais.

Receitas administradas - valores realizados menos previstos - 1B/2018 (R\$ milhões)



Despesas primárias - valores realizados menos previstos - 1B/2018 (R\$ milhões)



Fonte: Decreto 9.276/2018. Elaboração: IFI.

- A IFI projeta um **déficit primário de R\$ 141,8 bi em 2018**, R\$ 15 bi inferior à previsão do governo (R\$ 157 bi)
- A diferença se encontra **principalmente na despesa**, em especial nas chamadas despesas com controle de fluxo. Enquanto a IFI projeta crescimento de **2% frente a 2017**, para o governo esse avanço **deverá ser de 11%**.
- Mas cabe observar que parte do valor projetado pelo governo está reservada para absorver riscos fiscais, como a não realização de receitas com a desestatização da Eletrobrás. Desconsiderando a reserva, os números da IFI e do governo ficam mais próximos.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO – LOA X PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA X IFI (R\$ BILHÕES E % PIB)

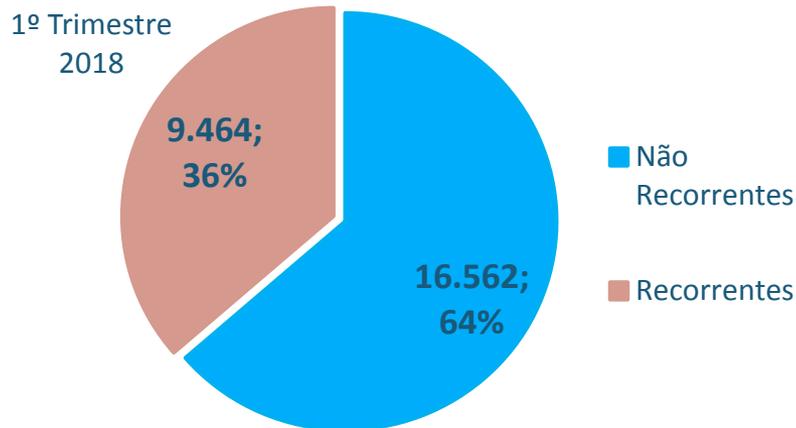
Discriminação	2018								IFI - Decreto 9.323/18	
	LOA		Decreto 9.276/18		Decreto 9.323/18		IFI		Valores	Diferença %
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB		
I. RECEITA TOTAL	1.462,1	21,0	1.460,7	21,0	1.462,9	21,1	1.461,8	21,0	-1,1	-0,1
I.1 - Receita Administrada pela RFB	890,3	12,8	880,9	12,7	894,0	12,9	891,3	12,8	-2,7	-0,3
I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	405,3	5,8	403,3	5,8	395,7	5,7	398,4	5,7	2,7	0,7
I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	166,5	2,4	176,4	2,5	173,2	2,5	172,0	2,5	-1,1	-0,6
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	244,2	3,5	243,9	3,5	246,1	3,5	241,7	3,5	-4,4	-1,8
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.217,8	17,5	1.216,8	17,5	1.216,9	17,5	1.220,1	17,5	3,3	0,3
IV. DESPESA TOTAL	1.373,4	19,8	1.371,6	19,7	1.374,3	19,8	1.361,9	19,5	-12,4	-0,9
IV.1 Despesas Obrigatórias	1.091,4	15,7	1.090,1	15,7	1.093,1	15,7	1.086,4	15,6	-6,7	-0,6
IV.2 Despesas com controle de fluxo	282,0	4,1	281,5	4,1	281,2	4,0	257,8	3,7	-23,4	-8,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-155,5	-2,2	-154,8	-2,2	-157,4	-2,3	-141,8	-2,0	15,6	-9,9

Fonte: Ministério do Planejamento e IFI. Elaboração: IFI.

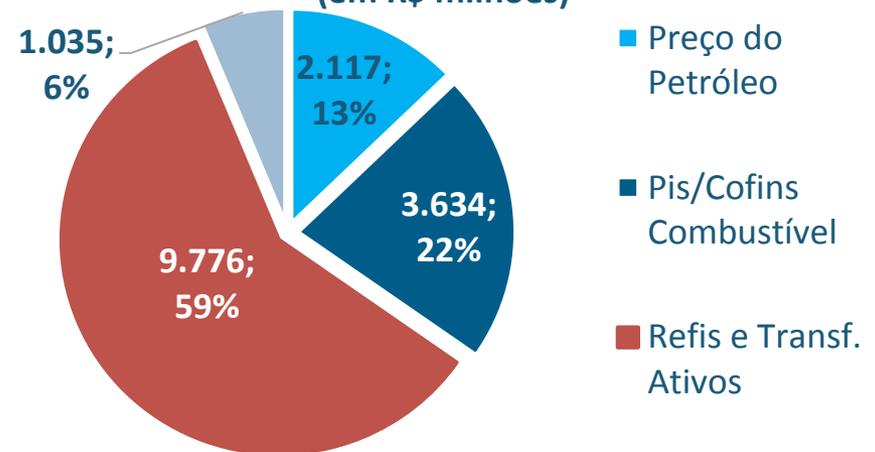
Evolução das receitas

- Receita bruta registra **crescimento real de 7,6%** ou R\$ 26 bilhões no trimestre ante igual período do ano anterior
- Expansão das receitas com menor correlação com a atividade econômica, de **R\$ 16,6 bilhões**, é substancial
- **Receita recorrente registra avanço real de 2,9%** ou R\$ 9,5 bilhões contra o primeiro trimestre de 2017
- No acumulado do ano, cerca de **65% do avanço da receita decorreu de fatores com baixa correlação com a atividade**

Expansão da receita bruta no trimestre em relação a igual período do ano anterior (em R\$ milhões)



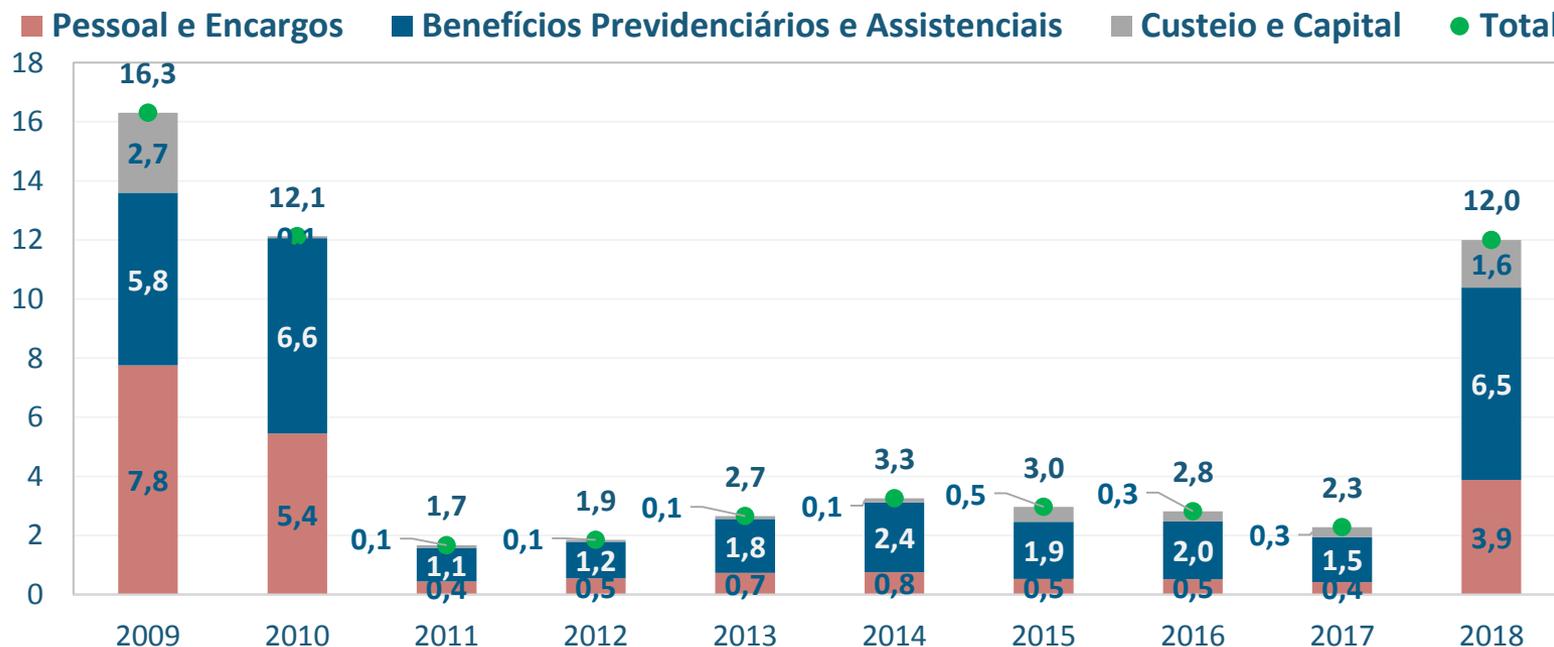
Composição do avanço das receitas com baixa correlação com a atividade econômica no trimestre (em R\$ milhões)



Evolução das despesas

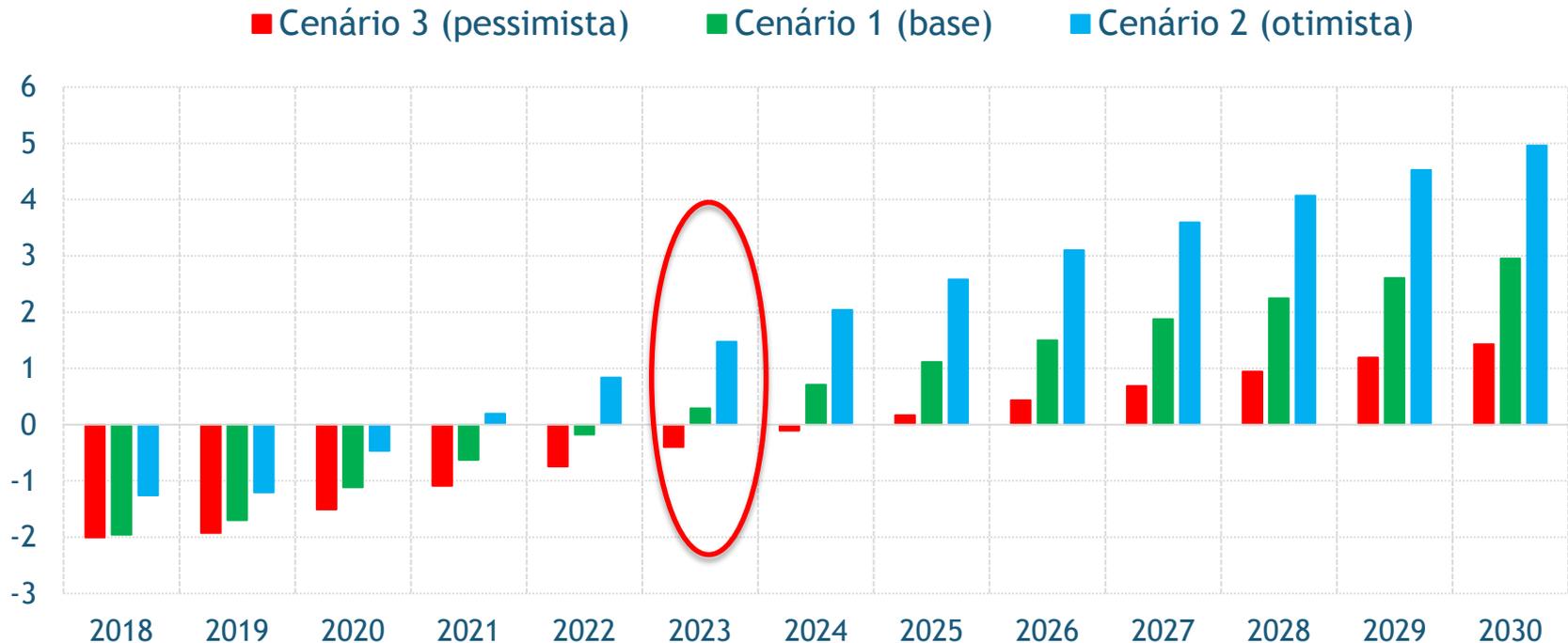
- Despesa primária registra **crescimento real de 12,6%** ou R\$ 12,7 bilhões em março contra março/17
- Pagamento antecipado de precatórios e sentenças judiciais, de R\$ 10,3 bilhões, puxou elevação da despesa
- No acumulado entre janeiro e março, **a despesa primária cresceu 4,6%** ou R\$ 13,9 bilhões
- Para o acumulado no ano, gasto com precatórios e sentenças **alcança R\$ 12 bilhões**
- Quando excluía estas despesas, **gasto teria avançado 1,4% em termos reais** ou R\$ 4,1 bilhões

Evolução Trimestral da Composição do Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais (em R\$ bilhões)



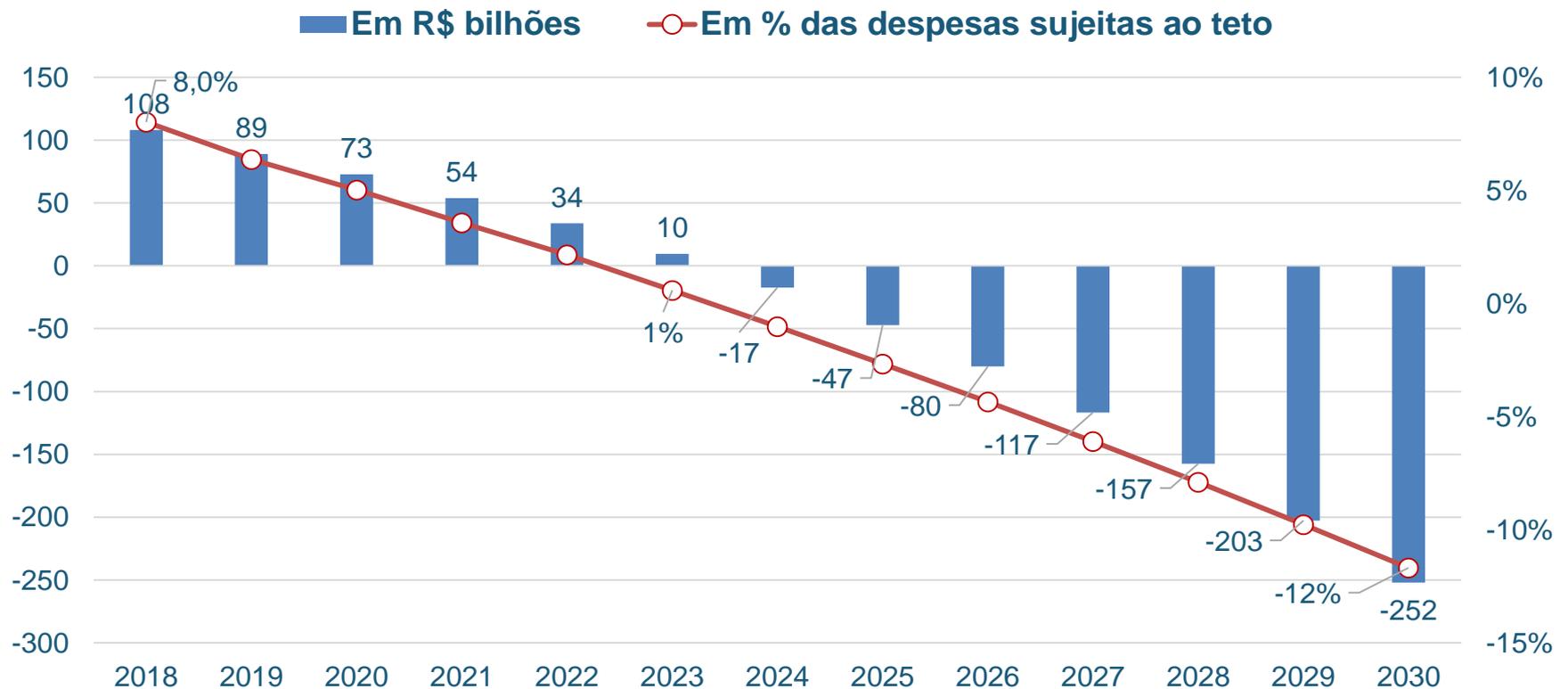
- **Superávit primário só deve voltar em 2023**, no cenário base-1. No cenário otimista-2, superávit ocorre em 2021
- No cenário base, **receita administrada avança 3,1% e 2,8% acima da inflação neste e no próximo ano**, respectivamente. Já a **receita líquida deve registrar crescimento real de 1,9%** em ambos os períodos
- Recuperação do preço do **petróleo** acima dos 65 US\$/ barril favorece desempenho fiscal neste e no próximo ano
- **Receitas com “Refis”** de R\$ 23,5 bilhões este ano e de R\$ 21,3 bilhões em 2019 impactam saldo fiscal

Evolução do Resultado Primário nos 3 Cenários da IFI (em % do PIB)



- Margem fiscal deverá atingir seu valor mínimo para efeito de funcionamento dos ministérios e ou operacionalização de políticas públicas já em 2019, **quando devem ocorrer problemas para o cumprimento do teto de gastos**

Evolução da Margem Fiscal, *proxy* do grau de liberdade da política fiscal para cortes de despesa no curto prazo



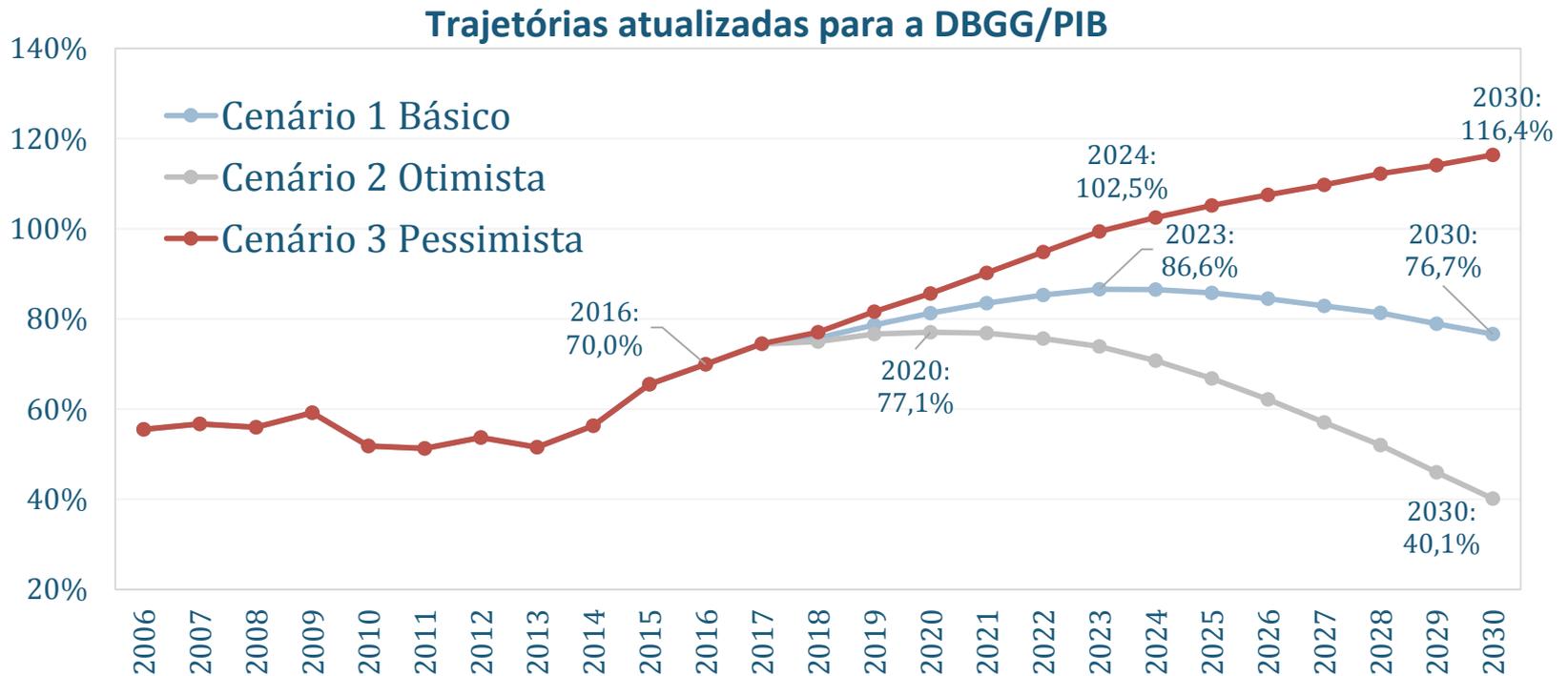
- Resultados projetados apontam certa estabilidade das receitas líquidas em relação ao PIB, enquanto as despesas precisarão ajustar-se de **19,45% do PIB para 15,03% do PIB**.
- **Caso o ajuste pelo lado dos gastos não ocorra, medidas alternativas** com mesmo efeito fiscal terão que ser adotadas.

PROJEÇÃO DO RESULTADO FISCAL EM CADA CENÁRIO (% DO PIB)

Cenário 1 (base)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Líquida	17,65	17,50	17,40	17,47	17,55	17,63	17,70	17,73	17,75	17,77	17,76	17,75	17,75	17,75
Despesa Primária	19,45	19,54	19,20	18,72	18,33	17,98	17,60	17,23	16,85	16,49	16,11	15,74	15,38	15,03
Resultado Primário GC	-1,81	-2,03	-1,80	-1,25	-0,78	-0,35	0,10	0,51	0,90	1,28	1,65	2,01	2,37	2,71
Primário Consolidado	-1,69	-1,96	-1,70	-1,12	-0,63	-0,18	0,29	0,71	1,11	1,50	1,88	2,25	2,61	2,95
Gov. Central (acima-da-linha)	-1,81	-2,03	-1,80	-1,25	-0,78	-0,35	0,10	0,51	0,90	1,28	1,65	2,01	2,37	2,71
Gov. Subnacionais	0,13	0,10	0,13	0,15	0,17	0,19	0,21	0,22	0,23	0,24	0,24	0,25	0,25	0,25
Estatais Federais	-0,01	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01

Projeções para a dívida bruta

- A dívida bruta deve ainda avançar até 86,6% do PIB, no cenário base-1, para então começar a cair, paulatinamente (considerando-se que o ajuste fiscal seja mantido e aprimorado)



Fonte: IFI.

- Conceito: gastos tributários são **gastos indiretos** do governo realizados por **intermédio do sistema tributário**, visando atender **objetivos econômicos e sociais** e constituem-se em uma **exceção ao sistema tributário de referência**, **reduzindo a arrecadação potencial** e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.
- Dificuldades de mensuração:
 - a) **identificar** todas as desonerações do sistema tributário e analisar cada uma delas para **enquadra-las** ou não na categoria de gasto tributário;
 - b) **medir** o gasto tributário, vale dizer, a **perda de receita** dele decorrente.

Gastos (benefícios) tributários

- Perda de receita da União com gastos tributários: R\$ 270,4 bilhões, em 2017, 20,7% da receita administrada pela RFB ou 4,1% do PIB.
- Houve forte aumento de 3,5% para 4,4% do PIB, de 2012 a 2014, seguido de alguma queda no biênio 2016-2017.
- Junto com o gasto público e a perda da receita com a desaceleração econômica, o aumento do gasto tributário foi um dos responsáveis para brusca deterioração do resultado primário do governo central, nos últimos anos.

PERDAS DE RECEITAS COM GASTOS TRIBUTÁRIOS

	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017*
Perda de Receita - PR (R\$ bilhões)	152,4	181,7	223,3	256,2	270,1	263,7	270,4
PR/Receita administrada pela RFB (%)	16,2	18,3	20,3	22,3	22,7	20,8	20,7
PR/PIB (%)	3,5	3,8	4,2	4,4	4,5	4,2	4,1

Fonte: RFB. Elaboração: IFI. *projeção da RFB.

- Perda de receita por modalidade de gasto tributário: forte concentração em poucos itens

PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS – 2015

Modalidades	Renúncia de Receita	Participação no total	Participação acumulada
	(R\$ milhões)	(%)	(%)
Simples Nacional	69.205,5	25,63	25,6
Desoneração da Folha de Salários	25.199,1	9,33	35,0
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	23.854,7	8,83	43,8
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	23.231,9	8,60	52,4
Agricultura e Agroindústria-Desoneração Cesta Básica	21.700,3	8,04	60,4
Entidades Sem Fins Lucrativos Imunes e Isentas	19.505,1	7,22	67,7
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	15.353,4	5,69	73,3
Benefícios do Trabalhador	9.951,6	3,69	77,0
Poupança e Letra Imobiliária Garantida	7.500,9	2,78	79,8
Medicamentos, Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	6.619,1	2,45	82,3
Total	222.121,6	82,25	

Fonte: RFB.

* Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura.

Gastos (benefícios) tributários

- Problemas do atual arcabouço legal: facilidade para criar e ampliar e ausência de avaliação e prazos
 - ✓ Interpretação flexível do art. 14 da LRF (estimativa de perda de receita e compensação) e do § 6º do art. 150 da Constituição Federal (reserva absoluta de lei em sentido formal e lei específica).
 - ✓ Ausência de definição clara de responsabilidades dos órgãos envolvidos. Muitas vezes não há órgão gestor nomeado.
 - ✓ Não há avaliação periódica, nem desenho que a possibilite, com objetivo, indicador e meta.
 - ✓ Ausência de prazo de vigência ou revalidação. Uma vez no ordenamento, o gasto tributário perpetua-se, o que tende a elevar a perda de receita pública ao longo do tempo.

- Consequências dos gastos tributários:
 - ✓ Os inúmeros gastos tributários existentes tornam o sistema tributário mais complexo, mais vulnerável à elisão e à evasão fiscal e de difícil avaliação.
 - ✓ Os gastos tributários competem com os gastos diretos, de tal modo que a introdução de um novo gasto, significa o preterimento de um gasto direto.
 - ✓ Os gastos tributários fazem com que toda a carga tributária recaia sobre os ombros dos contribuintes não beneficiados.
 - ✓ Os gastos tributários permitem contornar os mecanismos de controle que incidem sobre os gastos diretos, a exemplo dos limites previstos na LRF e na EC 95/2016.
 - ✓ A perpetuação dos gastos tributários cria restrições para a criação ou ampliação de gastos tributários meritórios.